

2023



PPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO • UNIRIO

REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Law and Public Policy Review

ISSN 2675-1143

Volume 5, n. 1
Janeiro - Junho

Qualis B2

 <http://seer.unirio.br/rdpp/index>

 rdpp@unirio.br



Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO)

REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS
LAW AND PUBLIC POLICY REVIEW

VOLUME N.º 5 – NÚMERO 1

ISSN 2675-1143

Editor-Chefe:

Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vice Editor-Chefe:

Prof. Dr. Oswaldo Pereira de Lima Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro, 2023



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista Direito das Políticas Públicas, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A presente edição reafirma a importância de discutir e analisar criticamente as políticas públicas que moldam e orientam as ações do Estado em prol do desenvolvimento econômico, da busca por ideias de bem-estar social, de justiça e de igualdade.

O campo das políticas públicas é vasto e repleto de desafios, amalhando aspectos legais, sociais, econômicos e políticos que permeiam a ação do Estado em busca da concretização de suas promessas constitucionais. Nesta edição, trazemos uma diversidade de artigos que espelham essa complexidade e a importância crescente dessas discussões no cenário acadêmico e jurídico contemporâneo. A UNIRIO, com sua excelência acadêmica, se consolida como um centro de pesquisa e conhecimento, oferecendo uma plataforma decisiva e confiável para o aprofundamento dessas questões.

Iniciamos com o artigo “Hidrogênio Verde como Alternativa para a Transição Energética e a Importância do Brasil neste Cenário”, de Priscila Elise Alves Vasconcelos, Renata Marafon e Roberto Miyashiro Junior. Um trabalho que aborda o potencial do Brasil na produção de hidrogênio verde, uma fonte de energia renovável que pode desempenhar um papel determinante na transição energética global, destacando a importância das políticas públicas nacionais para viabilizar essa matriz energética sustentável.

Em seguida, “Quando a Conformidade Não Basta: O Desafio de Promover a Integridade Fiscal no Brasil”, de Daniel Telles de Menezes, analisa os desafios e a importância de promover a integridade fiscal no país, indo além da mera conformidade com as normas existentes.

O artigo “Lavatura de Termo Circunstanciado de Ocorrência por Policiais Militares: Hermenêutica Jurídica e Interpretação Extensiva de Normas Restritivas de Direitos Fundamentais”, de Patrícia Alves Silva e Eujecio Coutrim Lima Filho, discute a hermenêutica jurídica e a interpretação extensiva de normas restritivas de direitos fundamentais no contexto da atuação policial.

“Os Programas de Compliance e Governança nas Empresas: Conformidade entre Políticas de Segurança da Informação e a LGPD”, de Liliana Bastos Pereira Santo de Azevedo Rodrigues e Calígena Batista de Paiva Silva, explora a conformidade das empresas com a Lei Geral de Proteção de Dados e a importância das políticas de segurança da informação.

Gilsilene Passon Picoretta Francischetto e Gabriel Almeida Santos trazem uma análise sobre “Formas de Implementação do Direito à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar no Sistema Carcerário”, destacando a importância de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar em contextos de privação de liberdade.

André Rubião e Rubens Macedo Gomes, em “A Necessidade de Reestruturação do Modelo Jurídico de Financiamento das Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, discutem a urgência de



reestruturar o modelo de financiamento dessas políticas para promover o desenvolvimento esportivo e de lazer no Brasil.

“Estudo de Caso: Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia como Instrumento Efetivador de Políticas Públicas?”, de Eduardo Gonçalves Blondet, apresenta um estudo de caso sobre a efetividade do Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento de políticas públicas.

Fillipe Azevedo Rodrigues, Carlos Francisco do Nascimento e Tácio dos Santos Medeiros, em “Análise das Políticas Públicas de Expansão do Direito Penal Brasileiro para Fins Preventivos”, examinam as políticas públicas voltadas para a prevenção através da expansão do direito penal.

Finalmente, “Desconstitucionalização das Normas Previdenciárias e a Emenda Constitucional 103”, de Carlos Francisco do Nascimento e Roberto Carlos Dantas dos Santos, analisa os impactos da desconstitucionalização das normas previdenciárias à luz da recente emenda constitucional.

A profundidade crítica, acadêmica e científica dos artigos apresentados nesta edição reafirma a importância da Revista Direito das Políticas Públicas como uma fonte indispensável para o entendimento e a evolução do direito e das políticas públicas no Brasil. Cada estudo aqui publicado oferece uma análise detalhada e rigorosa das questões contemporâneas mais urgentes, proporcionando percepções valiosas para acadêmicos, juristas, gestores públicos e formuladores de políticas. O compromisso com a excelência e a relevância coloca a revista em uma posição de destaque no cenário jurídico brasileiro, consolidando-se como uma referência essencial para aqueles que buscam compreender e influenciar positivamente a construção de políticas públicas que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Convidamos todos os leitores a se aprofundarem nestes trabalhos, que não apenas enriquecem a pesquisa acadêmica e o debate jurídico, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas informadas, justas e eficazes no Brasil.

Boa leitura!

